"EM DESSERVIÇO DE SUA MAJESTADE": MULHERES INDÍGENAS E EXPLORAÇÃO COLONIAL NAS FÁBRICAS DE SALITRE NOS SERTÕES DA CAPITANIA DA BAHIA (1697-1707)

Mailson Moreira dos Santos Gama[*]
Hortência Lima Silva[**]

RESUMO

Este artigo analisa como a exploração do salitre nos sertões da Capitania da Bahia, entre os anos 1697 e 1707, documentou práticas sistemáticas de violência contra mulheres indígenas submetidas à escravização. A partir da documentação administrativa e de registros coloniais, o estudo evidencia que a dominação portuguesa não se deu apenas pela via militar ou pela imposição de modelos civilizatórios europeus, mas também pela reconfiguração das relações de gênero e pela apropriação dos recursos naturais. Ao explorar essas dimensões interligadas, o estudo busca contribuir para o entendimento das formas como o poder colonial se estruturou nos sertões baianos no início do século XVIII.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Exploração de Salitre. Capitania da Bahia.

ABSTRACT

This article analyzes how the exploitation of saltpeter in the hinterlands of the Captaincy of Bahia, between 1697 and 1707, documented systematic practices of violence against enslaved Indigenous women. Based on administrative documents and colonial records, the study demonstrates that Portuguese domination was established not only through military force or the imposition of European civilizing models, but also through the reconfiguration of gender relations and the appropriation of natural resources. By exploring these interconnected dimensions, the study contributes to the understanding of how colonial power was structured in the Bahian hinterlands at the beginning of the eighteenth century.

Keywords: Indigenous women. Saltpeter exploitation. Captaincy of Bahia.

[*] Doutorando em História pela Universidade de Minas Gerais (PPGH-UFMG). Mestre e Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (PPGH-UNEB). E-mail: mailsongama50@gmail.com.
[**] Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN-UNEB). Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: contatohortencialima@gmail.com.

Notas introdutórias

Na época moderna, o salitre constituía a principal matéria-prima para a fabricação da pólvora negra, cuja importância estava diretamente vinculada à produção de armamentos e, consequentemente, à defesa, expansão e manutenção do domínio português em seus territórios ultramarinos (GAMA, 2025). A exploração do salitre nos sertões da Capitania da Bahia, entre o final do século XVII e início do século XVIII, esteve associada a diferentes formas de violência, entre as quais se encontram práticas que podem ser analisadas, neste artigo, como formas de violência de gênero[1] dirigidas às mulheres indígenas[2].

Nas fábricas de salitre erigidas, em 1697, nas proximidades do Rio do Pacuí, afluente da bacia do Rio Salitre na Jacobina velha[3], utilizavam a mão de obra indígena, composta por indígenas aldeados dos grupos étnicos como Payayá, Sapoiá, Secaquerinhens e Cacherinhens (SANTOS, 2011, p. 78)[4]. Os indígenas eram mobilizados especialmente para o transporte do salitre refinado do sertão baiano até a Cidade da Bahia e as mulheres indígenas provavelmente eram utilizadas nos serviços "no interior das fábricas, em trabalhos e serviços mais próprios e 'suaves'" (BRÁSIO, 1976, p. 52). Nesse contexto,

[1] Apesar de conceitos como "violência de gênero", "relação de gênero" e outros não estejam presentes nas fontes históricas aqui analisadas, optamos por utilizá-los como categorias analíticas. O uso desses conceitos visa evidenciar estruturas de dominação e práticas recorrentes de violência direcionadas às mulheres indígenas no contexto colonial, mesmo que tais práticas não fossem assim nomeadas ou compreendidas à época. Trata-se, portanto, de uma escolha metodológica que, longe de incorrer em anacronismo, busca dar visibilidade a dimensões silenciadas ou naturalizadas pela própria linguagem documental e pelas relações de poder que atravessam a produção desses registros históricos.

[2] Neste artigo, emprega-se preferencialmente o termo *indígena(s)*, em consonância com a historiografia contemporânea. As denominações *índio*, *índia*, *índios* e *índias* são mantidas exclusivamente quando reproduzem a linguagem das fontes coloniais ou das categorias históricas utilizadas pelos agentes da época. Nesses casos, sua utilização não implica adesão da autoria a essas classificações, mas visa preservar a historicidade da documentação analisada.

[3] Atualmente é a cidade de Campo Formoso-Bahia. Na capitania da Bahia, também foram empreendidas explorações na região conhecida como Serra dos Montes Altos.

[4] É relevante observar que as expedições destinadas à prospecção de salitre nos sertões da Bahia foram organizadas predominantemente como operações militares, exigindo grandes investimentos financeiros e a mobilização de homens alistados para servir à Coroa. Essas envolviam o enfrentamento das populações indígenas da região do Rio São Francisco e também contribuíam para o genocídio das populações nativas, em um contexto de violência sistemática e exploração territorial. Cf. GAMA (2026)

as aldeias indígenas atuavam como centros de recrutamento forçado, administradas por missionários religiosos e autoridades coloniais[5].

Este artigo tem por objetivo analisar como, no contexto da exploração do salitre, foram documentadas práticas sistemáticas de violência contra mulheres indígenas submetidas à escravização, compreendendo que a dominação colonial se efetivou não apenas por meio da força militar ou da imposição de marcos civilizatórios europeus, mas também pela reconfiguração das relações de gênero e pela apropriação dos recursos naturais, elementos que estavam intrinsecamente conectados (LUGONES, 2008). Essa investigação parte de uma análise interseccional. Neste sentido, compreendemos que os marcadores socioeconômicos, qualidade[6] e gênero funcionavam como ferramentas de hierarquização, ou seja, tais elementos marginalizavam os indivíduos.

No que se refere às concepções de gênero, dialogamos com a formulação da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, para quem as dimensões binárias de gênero são uma invenção ocidental das nações colonizadoras europeias e imposta aos povos que eles colonizaram. Segundo a autora,

> Gênero é uma construção de duas categorias em relação hierárquica entre si e está embutido nas instituições. Gênero é melhor entendido como "uma instituição que estabelece padrões de expectativas para os indivíduos (com base em seu tipo de corpo), ordena os processos sociais da vida cotidiana e é incorporada às principais organizações sociais da sociedade, como economia, ideologia, família e política (OYĚWÙMÍ, p. 2021, p. 79).

A contribuição de Oyèrónké (2021) permite, portanto, deslocar a análise de uma compreensão universalizante das relações de gênero,

[5] Embora a presença de mão de obra indígena fosse majoritariamente utilizada, a africana também desempenhava um papel importante, embora em menor quantidade. As fábricas de salitre contavam com catorze escravos negros, que eram encarregados da operação de duas caldeiras e das vinte tinas, nas quais a terra salitrosa era fervida para a separação do mineral. ACC, cód.1087, volume II 1k, fls. 505-507.

[6] A categoria "qualidade" entendemos conforme Eduardo França Paiva. Para Paiva, "As 'qualidades', portanto, diferenciavam, hierarquizam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir de um conjunto de aspectos (ascendência familiar, proveniência, origem religiosa, traços fenotípicos, tais como cor de pele e tipo de cabelo e o formato do nariz e boca), pelo menos quando isso era possível". (PAIVA, 2015, p. 33).

chamando atenção para historicidade e para dimensão colonial das categorias utilizadas para compreender os corpos e as relações sociais. Para a análise das mulheres indígenas na América portuguesa, essa perspectiva é particularmente relevante, uma vez que permite questionar a aplicação automática e categorias ocidentais de gênero a sociedades que possuíam formas próprias de organização social anteriores à colonização.

As fontes utilizadas para a análise estão custodiadas nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) e consistem em cartas administrativas enviadas por D. Rodrigo da Costa (1702-1705), governador do Estado do Brasil, ao administrador da fábrica de salitre e capitão-mor Antônio de Almeida Velho, bem como aos administradores das aldeias indígenas que forneciam indígenas para o trabalho nas fábricas de salitre. Jean Delumeau (2003) destaca como a Igreja moderna elegeu a mulher como símbolo privilegiado da culpabilidade. Essa perspectiva ajuda a compreender o conjunto discursivo revelado pela documentação investigada, que, ao ser contextualizado e interpretado, evidencia sua circularidade com tais construções de gênero promovidas pela moral cristã.

Conforme Elisa Fruhauf Garcia e Suelen Siqueira Julio (2024, p. 316), de um ponto de vista mais amplo até recentemente, as contribuições dos povos indígenas nas diversas esferas de análise da época moderna não eram exploradas com empenho pelos investigadores do período colonial. Esse cenário, no entanto, tem se modificado nos últimos anos, tendo inclusive alguns desses novos estudos se beneficiado da inclusão das análises das relações de gênero. Os estudos de gênero ganharam espaço na historiografia algum tempo depois da História das Mulheres, campo historiográfico que movimentou historiadoras e pesquisadoras de diferentes regiões do país (e do mundo), fazendo uso de distintas fontes para investigar os diferentes períodos históricos a fim de narrar trajetórias e compreender a condição de mulheres que viveram no Brasil de outrora.

A análise da invisibilidade das mulheres indígenas na documentação colonial exige considerar, inicialmente, as próprias condições de produção das fontes. Grande parte dos registros produzidos durante o período colonial foi elaborada por homens e vinculada a instituições de poder. Desse modo, as experiências das mulheres são apresentadas, em geral, a partir das perspectivas daqueles que detinham autoridade para registrar, classificar e nomear os sujeitos que compunham a sociedade colonial. Essa característica impõe ao historiador o desafio de compreender não somente aquilo que a documentação revela, mas também os silêncios, as categorias utilizadas

e as formas pelas quais determinados sujeitos foram tornados visíveis ou invisíveis.

Segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 281-282), no final da década de 80, investigar e falar de mulher na história seria tentar reparar parcialmente uma exclusão que foi causada em razão da predominância dos homens como sujeitos da narrativa histórica. Entretanto, para as autoras, ao longo dos anos, novas questões e problemáticas surgiram e falar sobre mulheres e tê-las como categoria de análise já não é mais sobre o reparo desta exclusão, mas sobre legitimação. Para Louise Tilly (1994. p. 41), durante algum tempo, dentro da historiografia, as mulheres tiveram suas posições de agentes históricas invisibilizadas, em detrimento da História das Mulheres, outros domínios históricos foram privilegiados e esse processo resultou no silenciamento histórico destes indivíduos. Além disso, ainda que pesquisas sobre mulheres tenham ganhado a academia, é importante questionar quais mulheres estavam – e estão – sendo investigadas.

Leila M. Algranti (1993, p. 60) adverte que os estudos acerca da condição feminina na colônia não podem ser conduzidos sem considerar os estados civis, a condição jurídica e as qualificações atribuídas às mulheres. Para a autora, essas diferenças, constituídas no contexto de uma sociedade marcada pelo caráter exploratório da colonização e pela escravização de populações negras e indígenas, interferiam nas relações estabelecidas entre homens e mulheres. Nesse sentido, a categoria "mulher" não pode ser tomada como homogênea, uma vez que diferentes posições sociais, jurídicas, raciais e étnicas produziam experiências distintas de subordinação.

Essa perspectiva aproxima-se da formulação de Kimberlé Crenshaw (1989, p. 140), para quem uma análise que não leva em conta os marcadores que se articulam na constituição das experiências sociais não consegue apreender adequadamente as formas particulares de subordinação vivenciadas pelas mulheres negras. Embora formulada a partir de outro contexto histórico e político, a noção interseccionalidade oferece uma ferramenta importante para análise da sociedade colonial, na medida em que permite questionar interpretações que tomam o gênero de forma isolada. No caso das mulheres indígenas, o gênero articulava-se a marcadores como pertencimento étnico, qualidade, condição jurídica, posição social e inserção nas relações coloniais de poder, produzindo formas específicas de vulnerabilidade e silenciamento.

É justamente nesse ponto que a contribuição de Mara Viveros Vigoya (2016, p. 14), se mostra pertinente, ao compreender a interseccionalidade como uma perspectiva que exige elaboração constante de críticas às diferentes formas de dominação. Assim, investigar a presença das mulheres indígenas em documentação colonial implica reconhecer que a invisibilidade não constitui necessariamente ausência histórica, mas pode ser resultado das próprias estruturas que organizavam a produção documental. O silêncio das fontes, portanto, também precisa ser historicizado.

É inegável que, nas últimas décadas, as pesquisas dedicadas às mulheres e às relações de gênero tenham ampliado significativamente seus objetos e perspectivas. Ainda assim, permanece a necessidade de questionar quais mulheres têm sido privilegiadas pela historiografia e quais experiências continuam sub-representadas. No caso das mulheres indígenas na América portuguesa, particularmente nos sertões da Bahia, os estudos permanecem relativamente escassos. É nesse campo que o presente artigo pretende se inserir, contribuindo para ampliar as possibilidades de análise das experiências indígenas e das relações de gênero no contexto da exploração colonial do salitre.

Fontes coloniais, gênero e violência contra mulheres indígenas

Márcio Santos, ao estudar as fronteiras dos sertões baianos, demonstra que são rotineiros os relatos de missionários sobre a violência contra grupos indígenas do sertão nordeste, que envolvia o assassinato a sangue frio, a escravização, inclusive sexual, de mulheres e crianças, a utilização de mulheres e crianças como reféns e as traições cometidas durante reuniões para acordos de paz (SANTOS, 2009, p. 76). A própria região do Rio Salitre, no momento de prospecção do salitre, já havia sido palco de intensos genocídios contra as populações nativas.

Um dos relatos mais importantes sobre os povos indígenas (tapuias anaiós) que habitavam o Vale do São Francisco e as vizinhanças do rio Salitre é seguramente o de frei Martinho de Nantes, sacerdote francês da ordem dos capuchinhos, que acompanhou as tropas de Francisco Dias D'Ávila nas suas investidas armadas pelos sertões do São Francisco (NASCIMENTO, 2022, p. 107). Nantes descreve a guerra travada por portugueses contra indígenas acusados de terem se assenhoreado de fazendas ao longo do São Francisco, situadas rio acima. Esses grupos indígenas foram responsabilizados pela morte de 85 moradores e seus escravos negros, além da destruição de currais (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 441).

Atendendo a ordem do governador da Bahia, por intermédio de Francisco Dias de Ávila, Nantes partiu com índios provenientes das quatro aldeias que estavam sob a direção dos capuchinhos franceses, aos quais se juntariam "vários outros de diversas aldeias", para dar combate aos acusados. A batalha decisiva deu-se às margens do rio Salitre em 1676, tendo sido mortos “quase quinhentos homens de armas” a sangue frio e escravizados seus filhos e mulheres após a rendição (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 441).

Episódios como esse revelam a complexa e violenta dinâmica da colonização portuguesa no interior do Brasil, marcada tanto pela repressão militar quanto pela utilização de alianças com grupos indígenas. Neste contexto, faz sentido a observação de Gilberto Freyre, em sua clássica obra *Casa Grande & Senzala*, ao apontar as razões pelas quais o português, e não outros exploradores europeus, obteve sucesso na empreitada da colonização. Freyre (2003, p. 71) afirma que o colonizador luso:

> Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milagres apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora.

Freyre, no entanto, ignora que estas relações derivaram de posições desiguais de poder, supondo que as relações entre conquistadores e mulheres nativas ocorreram dentro dos limites da cumplicidade, quando na realidade esse contato foi marcado, na maior parte das vezes, pela violência e pelo abuso de poder.

Ronaldo Vainfas (1989) evidencia as problemáticas do encontro de europeus, africanos e ameríndios. Segundo Vainfas (1989), desde o início da colonização, embora os missionários procurassem limitar determinadas práticas, o trabalho compulsório imposto aos indígenas e, posteriormente, de forma ainda mais intensa, aos africanos escravizados, esteve estreitamente associado à violência sexual praticada pelos colonizadores, constituindo dimensões complementares da dominação colonial. Conforme o autor,

> Lançando-se as mulheres da terra, tão logo desembarcaram, os portugueses não tardariam a associar mulher solteira ou pública com a negra – termo que no século XVI aludia menos à africana

> do que à ‘negra brasila’, ‘negra d’aldeia’, ‘negra da terra’, em suma, a índia
> (VAINFAS, 1989, p. 61).

Vainfas (1989, p. 73), argumenta que, no imaginário do colonizador, as “negras da terra” ocuparam, no Brasil, um lugar equivalente às soldadeiras de Lisboa. Neste sentido, elas eram vistas tão somente como mulheres disponíveis para a fornicação. Nos séculos subsequentes, essa visão e este estigma se estenderiam às africanas e afro-brasileiras.

Conforme Elisa Fruhauf Garcia (2020, p. 30), embora saibamos o papel fulcral desempenhado por mulheres nativas na América Portuguesa, estudar suas condições neste contexto não é tarefa fácil. Segundo ela, essas mulheres eram comumente resumidas a uma figura masculina, geralmente os maridos, ou ainda, eram descritas genericamente pelas suas condições jurídicas ou qualificações. Além disso, nas narrativas acerca dos primeiros contatos e trocas com colonizadores, a figura da mulher indígena ocupava uma posição coadjuvante, na condição de reprodutora de proles mestiças ou retratadas de modo hipersexualizado em virtude disso (GARCIA; JULIO, 2024, p. 318).

Ainda que as mulheres indígenas tenham sido frequentemente silenciadas ou secundarizadas nas narrativas coloniais, as fontes produzidas pelos próprios colonizadores acabam, por vezes, deixando rastros que permitem entrever as relações de poder, trabalho e violência às quais essas mulheres foram submetidas. É o caso da documentação analisada neste artigo.

Em 1704, por exemplo, em carta endereçada ao capitão-mor Antônio de Almeida Velho, administrador das fábricas de salitre, o governador-geral do Estado do Brasil, D. Rodrigo da Costa (1702-1705), denunciava que os oficiais e demais trabalhadores das fábricas cometiam “maus usos” contra as índias solteiras retiradas das aldeias para o serviço do salitre (BNRJ, Vol. 40, 1938, p. 170). No mesmo ano, D. Rodrigo da Costa expediu ordens expressas proibindo que qualquer oficial do salitre retirasse "índia alguma, ou seja moça ou velha" das aldeias, advertindo que tais práticas, embora justificadas sob o pretexto de atender às necessidades do trabalho no salitre, constituíam atos realizados “em desserviço de Deus e de Sua Majestade”.

> Tenho notícia que os oficiais do salitre, mandam buscar às aldeias, as cunhatãs com pretexto de serem para o serviço do mesmo salitre, o que é em desserviço de Deus, e de Sua Majestade, e porque convém evitar o dano que disso se segue: tanto que Vossa Mercê receber esta ordene ao ditos oficiais, ou outra qualquer pessoa que assiste nas oficinas do salitre, não vão, nem mandem buscar às aldeias, índia alguma ou seja moça, ou velha, para trabalhar no dito salitre
> (BNRJ, Vol. 40, 1938, p. 165).

Tal questão é corroborada por repetidas ordens dirigidas a diversos agentes coloniais envolvidos no empreendimento salitroso. Considerando que, na América colonial, não eram raros os casos de abusos sexuais dos agentes coloniais contra as indígenas (SILVA, 2017, p. 2), é plausível supor que parte dessas mulheres tenha sido submetida a abusos por sertanistas e oficiais das fábricas de salitre.

A correspondência de D. Rodrigo da Costa não explicita a natureza dos "maus usos" praticados contra as mulheres indígenas, tampouco descreve detalhadamente as violências mencionadas. Ainda assim, permite identificar diferentes preocupações que orientaram a intervenção do governador. Em primeiro lugar, a prática é qualificada como "desserviço de Deus e de Sua Majestade", revelando uma dimensão simultaneamente moral, religiosa e administrativa. Em segundo lugar, o documento registra que os próprios indígenas das aldeias se queixavam das "violências que se lhes fazem", indicando que tais episódios produziam tensões entre as autoridades coloniais, os missionários e as comunidades indígenas. Por fim, ao determinar a devolução das mulheres solteiras às aldeias e permitir apenas a permanência das casadas acompanhadas de seus maridos, D. Rodrigo procurava disciplinar a mobilização da mão de obra indígena e restringir práticas consideradas abusivas nas oficinas de salitre.

Importa destacar que as concepções da sociedade luso-brasileira sobre as mulheres estavam profundamente ancoradas na tradição europeia de inferiorização do gênero feminino. Dessa forma, sobre as indígenas recaía um duplo estigma: étnico e de gênero (JULIO, 2015, p. 1). Embora o dicionarista Antônio de Morais e Silva atribua à 'solteira' o significado de 'não casada', com sentido semelhante ao atual, socialmente o termo possuía, nos setecentos, outra conotação (SILVA, 1789, p. 416). Ronaldo Vainfas (1989) ressalta que a categoria de *mulher solteira* nos séculos XVII e XVIII não se referia apenas a uma mulher que não havia se casado formalmente, mas a uma condição social marcada

pela ausência de proteção, sem marido, sem pai, sem agregação institucional. Esta era vista como uma mulher *livre*, mas essa liberdade não era valorizada como autonomia, e sim associada à disponibilidade sexual, à vulnerabilidade moral e à degradação social. Ao lado da mulher negra, a indígena solteira é incluída nesse imaginário colonial como figura do "pecado possível". Isso justifica, no discurso colonial, o seu uso sexual por parte dos oficiais, especialmente em espaços periféricos de fiscalização moral como as oficinas de salitre.

Nesse contexto, percebe-se que os abusos não eram entendidos pelos colonos como violência sexual no sentido moderno, mas como fornicação simples[7], algo tolerável ou até esperado dentro do que se compreendia como natureza feminina. John Monteiro (1994, p. 50) relata que, em 1607, os chefes dos aldeamentos compareceram à Câmara Municipal de São Paulo para protestar contra a nomeação de João Soares como capitão dos índios. Na ocasião, as lideranças indígenas denunciaram que João Soares e seus filhos retiravam mulheres indígenas dos aldeamentos para levá-las às suas residências particulares. Esse episódio reforça a compreensão de que a violência de gênero registrada nos documentos não constituía um fenômeno pontual, mas sistêmico.

A exploração do salitre mobilizou mão de obra indígena submetida à escravização, mas também a violação dos seus corpos como extensão da violência colonial. E, ao analisarmos mulheres indígenas, percebemos que as escravizadas nativas encontravam-se particularmente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. A reflexão de Angela Davis sobre a escravização de mulheres negras em outros contextos históricos permite, em perspectiva comparativa, compreender como a violência sexual poderia constituir não apenas uma dimensão da opressão de gênero, mas também um mecanismo de controle do trabalho e dos corpos (2016). No caso das mulheres indígenas aqui analisadas, entretanto, é necessário evitar uma transposição automática desse modelo, considerando as especificidades das relações coloniais estabelecidas nos sertões da Bahia

As expressões utilizadas como "índia moça" e "índia velha" por D. Rodrigo da Costa, ao determinar a proibição de que oficiais do salitre

[7] A fornicação simples e ou qualificada, cabe destacar, era crime de alçada inquisitorial. Na América-lusa as regras morais eram ditadas pela Igreja Católica, que defendia a prática sexual somente entre cônjuges matrimoniados dentro dos moldes tridentinos. A fornicação simples era a pratica do sexo entre dois indivíduos solteiros e a qualificada quando havia o cometimento de adultério (VAINFAS, 1986, p. 49).

buscassem mulheres indígenas nas aldeias para o trabalho nas fábricas, são terminologias que buscavam diferenciar explicitamente mulheres jovens (“moças”) e idosas (“velhas”), refletindo a percepção utilitária e objetificante sobre os corpos indígenas e a concepção profundamente hierarquizada que vinculava valor social e econômico à idade e à condição física da mulher. Outra hipótese possível é que as expressões “índia moça” e “índia velha”, utilizadas por D. Rodrigo da Costa, distinguem as mulheres segundo critérios etários, revelando uma classificação dos corpos indígenas produzida pela administração colonial. Embora a documentação não permita determinar, por si só, se a distinção entre jovens e idosas correspondia a diferentes formas de exploração, a insistência na identificação dessas mulheres segundo sua idade sugere que seus corpos eram percebidos e classificados a partir de critérios socialmente relevantes para a administração do trabalho e para o controle moral das aldeias e das oficinas.

Ao analisar os escritos de Gabriel Soares de Sousa[8], Ronald Raminelli (2004) demonstra que “as índias velhas se aproximavam dos garotos com mimos e regalos, e ensinavam a fazer o que eles não sabiam, ficando com eles a qualquer hora, seja durante o dia, seja durante a noite. As índias velhas também foram descritas como elemento pervertedor, capaz de subverter as imposições da lei natural. O apetite sexual descrito pelo sertanista era comparado ao desejo das velhas de comer carne humana e deliciar-se na vingança contra o inimigo” (RAMINELLI, 2004, p. 26).

Percebe-se ainda que a qualidade ‘índia’, embora atualmente não seja empregada por boa parte da historiografia para designar os povos originários, constituía, no período colonial, uma categoria histórica e política. Um dos desafios para o aprofundamento dessa análise diz respeito à montagem de um quadro étnico, que possa aprofundar nosso estudo de gênero. No entanto, a inserção na sociedade colonial, desde os aldeamentos, implicou, na maior parte das vezes, no apagamento da etnia daquelas pessoas, muitas vezes, até mesmo os nomes de batismo são difíceis de localizar nos relatos produzidos sobre situações cotidianas de contato que permitam identificar sua agência. Nomes próprios e etnias

[8] Gabriel Soares de Sousa (c. 1540–1591) foi um senhor de engenho, proprietário de terras e cronista português estabelecido na América portuguesa. Seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* foi elaborado no contexto da expansão colonial e reúne descrições sobre a geografia, a economia e os povos da colônia. Como membro da elite colonial e participante do empreendimento colonizador, seus registros expressam perspectivas e interesses próprios desse contexto, devendo ser compreendidos como representações produzidas a partir das relações de poder que estruturavam a sociedade colonial, e não como descrições neutras da realidade.

aparecem apenas no sentido de mapear e orientar ações com o objetivo de submeter os indivíduos ou povos originários (MOURA, 2023, p. 36). Segundo Elisa Garcia e Suelen Julio (2024, p. 319)

> Apesar de sabermos da relevância dos papéis desempenhados pelas mulheres nativas, seguir a sua história não é uma tarefa fácil em nenhuma parte dos impérios ultramarinos europeus. Os pesquisadores dependem de arquivos coloniais que não estavam interessados em registrar tais informações. Comumente as mulheres nativas não tinham seus nomes próprios compilados nas fontes.

Por essa razão, ainda são escassas as fontes que possibilitam esse tipo de reconstrução e, quando disponíveis, apresentam limitações decorrentes das próprias condições de produção da documentação colonial.

A aproximação entre a exploração do salitre e a exploração dos corpos das mulheres indígenas não pode ser compreendida como mera coincidência decorrente da organização do trabalho colonial. Ambas integravam uma mesma racionalidade de dominação, fundada na transformação de territórios, recursos naturais e corpos considerados disponíveis em objetos de apropriação pela Coroa e por seus agentes (SEGATO, 2021). Nesse sentido, a violência dirigida às mulheres indígenas não constituiu um efeito secundário da mineração do salitre, mas uma dimensão constitutiva do próprio processo de ocupação colonial dos sertões baianos, no qual a conquista do território implicava igualmente a submissão das populações que nele viviam. Dessa maneira, pode-se afirmar que as fábricas de salitre não constituíam uma ruptura em relação à ordem colonial, mas um espaço em que práticas estruturais de violência, exploração do trabalho e controle dos corpos indígenas se manifestavam de forma particularmente concentrada.

Ao mesmo tempo, o corpo feminino indígena era percebido como elemento de desordem e ameaça à disciplina necessária para a exploração eficiente dos recursos coloniais. A associação entre mulheres indígenas solteiras e disponibilidade sexual é o que parece ter motivado a ênfase de D. Rodrigo da Costa nas repetidas ordens para que tais mulheres não sejam levadas às fábricas. As cartas de agosto de 1704 expressam, inclusive, uma preocupação com o *desserviço de Deus e de Sua Majestade*, indicando que, mesmo dentro da lógica da administração colonial, os excessos cometidos ultrapassavam os limites morais tolerados. Essa lógica se tornava ainda mais acentuada em relação

às mulheres indígenas solteiras, cuja condição social as tornava alvos recorrentes de violência e violação.

Karl Heinz Arenz e Stefanie Leão Gaia (2019) em um estudo que buscou analisar as relações que envolveram as indígenas e os religiosos enquanto dois agentes-chave na construção do mundo colonial amazônico, demonstraram que a sexualidade das mulheres indígenas gerava incômodo nos aldeamentos. Do mesmo modo, que a representação das indígenas nas fontes jesuíticas é permeada de noções de pecado, perdição e medo. O comportamento feminino teve especial atenção dentro das missões pelo suposto risco para o pudor dos próprios religiosos. Desta forma, várias atitudes e práticas foram impostas a fim de vigiar e conter costumes que eram tidos como fonte de tentação (ARENZ; GAIA, 2019, p. 398).

Embora este artigo tenha como foco principal a exploração das mulheres indígenas, é importante destacar que outros conflitos também eram recorrentes nas fábricas de salitre, especialmente envolvendo missionários responsáveis pela administração das aldeias e aldeamentos. Muitos desses missionários resistiram ao projeto colonial, recusando-se a autorizar o envio de indígenas aldeados para o trabalho nas fábricas. Além disso, a ausência de pagamento pelos serviços prestados colocava os trabalhadores indígenas em situação de extrema vulnerabilidade, agravada por denúncias constantes de abusos físicos, morais e de exploração excessiva (PUNTONI, 2000, p. 33).

Ainda que houvesse uma certa resistência missionária em relação à escravização dos indígenas, não se pode negar que os aldeamentos constituíam um instrumento eficaz de estratégia portuguesa para dominá-los e retirar-lhes os seus territórios ancestrais, ou seja, serviam para restringir sua autonomia sobre si próprios (OLIVEIRA *et al*., 2024). Do mesmo modo, embora profundamente desestruturados, os povos indígenas certamente conseguiram desenvolver, criar, recriar e ressignificar suas existências étnicas (SANTOS, 2024, p. 27).

Diversas estratégias eram articuladas pelas autoridades coloniais para garantir a continuidade do trabalho nas fábricas de salitre. D. Rodrigo da Costa, por exemplo, orientava que os indígenas levados para as oficinas de salitre fossem acompanhados de suas mulheres e filhos, com o objetivo de evitar ausências motivadas pelo afastamento de suas famílias (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 127). Essa orientação levanta questões relevantes que merecem aprofundamento. A primeira delas diz respeito à possibilidade de que a presença das famílias nas oficinas funcionasse como uma estratégia de contenção da mobilidade indígena. Ao permitir, ou forçar, que os indigenas levassem suas mulheres e filhos,

os agentes coloniais fixavam os indígenas no local de produção, reduzindo as ausências e as fugas, que seriam mais prováveis caso estivessem separados de suas famílias. Talvez se trate de uma lógica pragmática voltada à produtividade: o agrupamento familiar poderia facilitar a vigilância e o controle dos trabalhadores.

A estratégia de exigir que apenas mulheres casadas fossem acompanhadas de seus maridos[9] nas oficinas do salitre, possivelmente buscava reduzir os abusos sexuais escandalosos e a "desordem moral" nas oficinas. Tal questão não implica necessariamente uma preocupação genuína com as mulheres indígenas, mas sim com o efeito dos abusos sobre o prestígio da administração colonial, a relação com os missionários e a estabilidade da escravização indígena. Ou seja, essa medida não buscava proteger a família indígena em termos afetivos ou culturais. Ao contrário, revela a instrumentalização da estrutura familiar indígena como "tecnologia" de governo e de exploração colonial.

A documentação sobre as fábricas de salitre permite, ainda, observar que "mulher" não constituía uma categoria homogênea dentro da sociedade colonial. Se as mulheres indígenas apareciam sobretudo como mão de obra, corpos sujeitos à apropriação e objetos de controle administrativo, mulheres pertencentes às elites coloniais podiam ocupar posições distintas na gestão de interesses econômicos, ainda que submetidas a limites jurídicos e sociais relacionados ao gênero.

Ainda que, neste artigo, a atenção esteja voltada para a violência contra mulheres indígenas, é importante reconhecer a presença de outras mulheres na documentação sobre as fábricas de salitre. Um exemplo notável é o da Senhora da Casa da Torre, Leonor Pereira Marinho, que, por meio de procuradores, negociou, em nome de seu filho, Garcia d'Ávila Pereira, a participação da Casa na produção do salitre. A negociação previa o fornecimento dos recursos necessários

[9] As expressões "marido", "esposa", "casamento" e "família", quando utilizadas neste artigo, não pretendem sugerir que as formas de parentesco e organização social dos povos indígenas correspondessem às concepções cristãs e europeias de matrimônio e família nuclear. Em muitos casos, essas categorias decorrem da linguagem das próprias fontes coloniais ou são empregadas como recurso descritivo. Reconhece-se, contudo, que tais denominações refletem categorias produzidas ou reforçadas pela colonização, que frequentemente reinterpretaram as relações de parentesco e conjugalidade indígenas segundo a lógica matrimonial cristã, difundida por mecanismos religiosos, jurídicos e administrativos. Além disso, as próprias fontes analisadas foram produzidas em um contexto no qual as intervenções missionárias e administrativas já incidiam sobre diversas comunidades indígenas, razão pela qual as categorias nelas empregadas devem ser compreendidas como parte desse processo histórico de transformação e imposição de novas formas de organização social.

à fábrica, incluindo transporte e todos os custos desde o rio Salitre até o porto da vila de Cachoeira, assim como benesses para seu filho (BANDEIRA, 2017).

Esse episódio levanta questões relevantes. Por que Leonor, mesmo sendo integrante de uma das mais influentes famílias do sistema sesmarial da Bahia colonial, precisou recorrer a procuradores para intermediar a negociação? E por que as benesses do serviço prestado à Coroa foram solicitadas e destinadas ao seu filho? Após essa mediação, Garcia d'Ávila foi contemplado com diversos títulos e mercês: carta de brasão de armas (ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 13, f.419v), alvará para elevar uma aldeia à condição de vila, o título de Fidalgo Cavaleiro (ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 13, f.319v.) e, posteriormente, em 1701, o hábito da Ordem de Cristo (ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 13, f.319v). Em 1706, recebeu duas cartas de tença que totalizavam 50$000 réis, conforme registrado nos compromissos firmados com a Coroa.

Essas questões revelam que, mesmo entre mulheres brancas e de elite, como Leonor Marinho, o sistema patriarcal impunha limites à sua autonomia política e econômica. Embora a documentação não a represente como uma figura passiva e tampouco permita compreendê-la exclusivamente segundo a lógica matrimonial cristã, ao contrário, ela aparece articulando interesses e mantendo ativa a gestão da Casa da Torre –, é evidente que sua ação estava circunscrita aos mecanismos do poder masculino, sendo seu filho o beneficiário direto das recompensas simbólicas e materiais. Apesar de também sofrerem opressão patriarcal, mulheres brancas, como a Leonor Marinho, também impuseram relações de dominação sobre as negras e indígenas, submetidas a níveis de violência, exploração e opressão incomparáveis (CISNE; IANAEL, 2022, p. 194).

Como aponta Joan Scott (1995), as construções de gênero são categorias fundamentais para a compreensão das relações de poder. No contexto colonial, essas construções estavam profundamente racializadas. Portanto, ainda que Leonor Marinho gozasse de prestígio e autoridade enquanto "dona", seu caso também ilustra os limites impostos às mulheres mesmo em posições privilegiadas, e como o patriarcado operava na redistribuição do poder e dos favores régios. Esse cenário se agrava quando consideramos a posição de mulheres negras e indígenas, cujas experiências de violência e apagamento foram ainda mais estruturais e incisivas (CISNE; IANAEL, 2022).

Reflexões sobre estratégias e silêncios nos documentos coloniais

A ausência de registros explícitos sobre formas diretas de resistência das mulheres indígenas às violências perpetradas nas fábricas de salitre, longe de indicar passividade, convida à reflexão sobre as formas pelas quais o poder colonial produziu silêncios. No caso específico das fontes trabalhadas no artigo, as fontes não registram diretamente formas explícitas de resistência indígena. Os registros oficiais, em geral, apenas mencionavam os povos originários quando intermediados por figuras de poder, como padres, capitães-mores ou governadores. Além disso, a naturalização da violência como parte da ordem colonial reduzia as chances de que ações de resistência fossem reconhecidas e documentadas como tal.

As relações de gênero no Ocidente foram historicamente marcadas pela predominância masculina e por diferentes formas de desigualdade, opressão e violência. Contudo, embora presentes e visíveis, essas assimetrias não anulavam a agência das mulheres, indígenas ou não, e suas formas de ser e estar no mundo, as quais desenvolveram muitas estratégias para exercerem poderes nas mais diferentes esferas sociais, tanto em âmbito público, quanto privado (BORBA, 2018, p. 30).

Do mesmo modo, apesar das mulheres, indígenas ou não, compartilharem muitas tarefas com os homens, as divisões de gênero presentes na sociedade colonial tendiam a atrelá-las a determinados serviços e a marcá-las com questões específicas, relacionadas às noções vigentes de moralidade e honra (Julio, 2022, p. 236).

Nas últimas décadas, a nova historiografia indígena tem abordado de forma consistente a resistência e a mobilização dos povos indígenas diante das violências coloniais. Os indígenas, muitas vezes, recusaram-se a se submeter e reagiram com violência onde, quando e como puderam (SANTOS, 2017, p. 51). Autores como Farage (1991), Monteiro (1994), Vainfas (1995), Almeida (2003), Pompa (2003), Witmann (2007) e Sposito (2012) têm enfatizado a necessidade de uma compreensão mais complexa dessas resistências, destacando suas dimensões sociais, culturais, religiosas e simbólicas, bem como os mecanismos utilizados pelos indígenas para negociar, subverter ou confrontar o poder colonial.

Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 85) nos ajuda a pensar como os arquivos coloniais operam como repositórios de memória, mas também como espaços estruturantes daquilo que pode ser lembrado

e daquilo que será esquecido. Os documentos oficiais, produzidos por administradores, missionários e outras autoridades coloniais, foram elaborados em contextos institucionais voltados à administração, classificação e controle das populações indígenas. Por isso, determinadas formas de agência poderiam não ser reconhecidas ou registradas como resistência. De certa forma, o apagamento da resistência feminina indígena nos registros não deve ser tomado como prova de sua inexistência, mas pode ser compreendido como efeito das próprias condições de produção e preservação da documentação colonial.

E ainda que as fontes coloniais apresentem esses silêncios, é possível levantarmos questões importantes. Por exemplo, ao analisarmos a correspondência do governador D. Rodrigo da Costa com o capitão-mor Antônio de Almeida Velho, podemos observar uma preocupação repetida com os "maus usos" cometidos contra as mulheres indígenas solteiras. A insistência em coibir tais práticas, ainda que justificada como um esforço moral e religioso, pode ser interpretada também como resposta a tensões vividas no interior das fábricas. O próprio fato de o governador precisar se reafirmar, em mais de uma carta, de que tais abusos não deveriam ocorrer sugere que essas práticas provavelmente provocavam reações, incômodos e resistências, ainda que pouco visibilizadas nos registros oficiais.

Embora as fontes não permitam afirmar conclusivamente que todas as mulheres retiradas das aldeias fossem vítimas de exploração sexual, a leitura dessas correspondências em diálogo com a historiografia sobre a colonização portuguesa, que evidencia a recorrência de abusos sexuais contra mulheres indígenas em diferentes contextos da América portuguesa, permite formular a hipótese de que a retirada para o "serviço do salitre" poderia ocultar práticas de violência, exploração sexual e utilização em serviços particulares.

James Scott (2019), ao investigar a resistência em contextos de escravização e colonialismo, propõe a noção de "infrapolítica" para descrever práticas de contestação que ocorrem nas margens do discurso público, em gestos cotidianos, silenciosos e por vezes invisíveis aos olhos do poder. Aplicada ao contexto das fábricas de salitre, essa abordagem permite considerar que as mulheres indígenas, mesmo submetidas a formas extremas de coerção física e sexual, podem ter desenvolvido estratégias de resistência baseadas na fuga, na recusa, na ocultação ou mesmo na sabotagem sutil do trabalho.

A contribuição de James Scott (2019) permite, nesse sentido, ampliar as perguntas dirigidas à documentação: em vez de considerar apenas as formas de resistência reconhecidas pelas autoridades coloniais, torna-se possível investigar práticas cotidianas de evasão,

negociação e contestação que poderiam escapar às categorias utilizadas pelos agentes responsáveis pela produção dos registros.

A própria determinação de que os trabalhadores indígenas fossem acompanhados por suas famílias pode estar relacionada como uma tentativa de conter práticas que desestabilizavam a ordem desejada pelos administradores coloniais. Ao reunirem famílias nas fábricas, buscava fixar a força de trabalho e evitar fugas, mas também impor uma moralidade conjugal que restringisse a mobilidade e a autonomia das mulheres, o que evidencia a complexidade das estratégias coloniais de controle da força de trabalho e da mobilidade indígena e abre espaço para investigar, em pesquisas futuras, as formas pelas quais essas estratégias eram negociadas, recusadas ou subvertidas pelos próprios indígenas.

A ausência de nomes próprios, etnias e histórias individuais nos registros das mulheres que trabalharam ou foram abusadas nas fábricas de salitre é outro elemento que denuncia o apagamento ativo de suas subjetividades. João Azevedo Fernandes (2016), ao estudar as mulheres tupinambás, destacou que, apesar das dificuldades e do trabalho árduo, desempenhavam papéis centrais na reprodução social e cerimonial da sua sociedade. O apagamento histórico, contudo, muitas vezes esconde a complexidade e potência das mulheres indígenas no contexto colonial.

A depender das qualificações que possuíam, as mulheres ocupavam posições distintas no imaginário social. Mulheres brancas ou de relevo social eram associadas à condição de honradas, enquanto mulheres de origem africana e indígenas, pertencentes aos estratos sociais inferiores, eram frequentemente associadas à condição de 'mulheres públicas e de trato'. Elisa Garcia e Suelen Julio apontam que as mulheres indígenas foram silenciadas nas documentações produzidas pelos homens europeus, além disso, esses mesmos homens criaram um estereótipo hipersexualizado da mulher indígena do Atlântico Sul (GARCIA; JULIO, 2024, p. 319-323).

Manuela Carneiro da Cunha (1992) também demonstra que o processo colonial envolveu a apropriação territorial e econômica, assim como o apagamento simbólico das culturas indígenas, de seus nomes, línguas e modos de vida. No entanto, esse apagamento não foi total. A resistência pode ser encontrada na persistência das memórias orais, dos saberes tradicionais e das formas de organização social que sobreviveram, e que, atualmente, informam as narrativas contemporâneas dos povos originários.

As reflexões de Ailton Krenak (2019) permitem ampliar a própria concepção de resistência, questionando sua redução às formas explícitas

de confronto, cuja atuação na manutenção de suas comunidades, na criação de vínculos de cuidado e na transmissão de saberes poderia constituir formas de resistência. Nesse sentido, as mulheres indígenas do período colonial, ainda que invisibilizadas nos documentos oficiais, podem ser compreendidas como agentes históricos, cuja atuação na manutenção de suas comunidades, na criação de vínculos de cuidado e na transmissão de saberes poderia constituir formas de resistência que escapavam ao controle colonial.

Portanto, buscamos ler os documentos coloniais não apenas pelo que dizem, mas também pelos silêncios que os constituem. Isso não significa preencher essas lacunas com acontecimentos que a documentação não permite comprovar, mas reconhecer que a ausência de registros sobre as ações das mulheres indígenas é também resultado das condições históricas de produção documental. Desse modo, embora as fontes analisadas não permitam reconstruir diretamente suas formas de resistência, elas tampouco autorizam reduzi-las à condição de vítimas passivas. Entre a evidência documental e a hipótese interpretativa, abre-se um campo para reconhecer sua agência histórica e investigar as formas pelas quais puderam negociar, recusar, adaptar ou subverter, dentro de possibilidades que ainda permanecem parcialmente inacessíveis ao historiador, as relações de poder que estruturavam o trabalho e a vida nos sertões coloniais.

Considerações Finais

Embora parte da historiografia indígena contemporânea tenha buscado compreender as mulheres indígenas para além de sua representação como meras vítimas de abusos ou como procriadoras de proles mestiças, é necessário reconhecer que as violências físicas e sexuais contra essas mulheres também constituíram dimensões concretas da experiência colonial e encontram, ainda que de maneira fragmentária, registro na documentação analisada. Ao longo deste artigo, discutimos como a exploração da mão de obra indígena nos sertões baianos esteve associada a diferentes formas de violência e controle dos corpos.

No contexto das fábricas de salitre, a retirada de mulheres das aldeias sob o pretexto de incorporá-las ao serviço das oficinas expunha-as a formas específicas de exploração e violência que podem ser analisadas a partir da categoria de gênero. A correspondência de D. Rodrigo da Costa evidencia a existência de “maus usos” e de “violências” praticados contra mulheres indígenas, revelando que a mobilização da mão de obra

não se restringia à exploração de sua capacidade produtiva, mas envolvia também disputas em torno do controle moral, sexual e social de seus corpos.

A análise desenvolvida também permitiu compreender que gênero não pode ser tomado isoladamente na interpretação dessas experiências. A condição indígena, a posição social, a qualidade, a condição jurídica e a inserção nas relações coloniais de poder articulavam-se na produção de formas específicas de vulnerabilidade. Nesse sentido, a exploração das mulheres indígenas nas fábricas de salitre deve ser compreendida como parte de uma dinâmica mais ampla na qual a apropriação dos recursos naturais, a ocupação territorial, a exploração do trabalho e o controle dos corpos indígenas integravam diferentes dimensões do empreendimento colonial.

Ao mesmo tempo, o silêncio das fontes impõe limites importantes à reconstrução das experiências dessas mulheres. A documentação analisada foi produzida majoritariamente por agentes coloniais e registra essas mulheres a partir das necessidades administrativas, econômicas, religiosas e morais daqueles que exerciam poder sobre elas. Por essa razão, não é possível reconstruir diretamente as formas específicas de resistência mobilizadas pelas mulheres indígenas nas fábricas de salitre. Isso, contudo, não autoriza interpretá-las como sujeitos passivos. A ausência de registros sobre suas ações deve ser compreendida também à luz das próprias condições de produção documental. Assim, entre aquilo que a documentação permite afirmar e aquilo que permanece como hipótese interpretativa, abre-se um espaço para reconhecer a agência histórica dessas mulheres sem preencher os silêncios do arquivo com acontecimentos que as fontes não permitem comprovar.

Por fim, este artigo constitui apenas um ponto de partida. As possibilidades de aprofundamento são numerosas, especialmente no que se refere à historiografia sobre os povos indígenas e às experiências das mulheres nos sertões da Bahia. A ampliação do corpus documental, com a incorporação de outras correspondências administrativas, registros missionários, documentos judiciais e outras fontes, poderá contribuir para compreender com maior precisão as relações entre trabalho, gênero, violência e agência indígena no contexto da exploração do salitre. Do mesmo modo, o diálogo com a antropologia, os estudos de gênero e a história indígena poderá ampliar os marcos interpretativos utilizados para compreender essas experiências.

Espera-se, assim, que este estudo contribua para uma história da exploração do salitre que não se restrinja à dimensão econômica e administrativa do empreendimento, mas que também considere os corpos, as relações sociais, as violências e as possibilidades de ação dos sujeitos indígenas que estiveram envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Arquivo da Casa de Cadaval (ACC)

ACC, cód.1087, volume II 1k, fls. 505-507.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 15.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1704-1714). Vol. XL, 1938.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1711). Vol. XLI, 1938.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila M. **Honradas e devotas**: mulheres da Colônia. São Paulo: José Olympio, 1993.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARENZ, Karl Heinz; GAIA, Stefanie Leão. Mulheres indígenas em narrativas jesuíticas da Amazônia Portuguesa (século XVII-XVIII). **Revista Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 17, n. 2, p. 394-413, 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo**: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila Da conquista dos sertões à independência do Brasil. Editora José Olympio, 2017.

BRÁSIO, António Duarte. O problema missionário brasileiro do século XVIII nos manuscritos da Casa do Cadaval. **Revista do Inst. Hist. Geogr. Bras**., 1976.

BORBA, Bárbara Lustoza da Silva. **Nas entrelinhas da história:** representações de índias e mamelucas nos registros coloniais do primeiro século da América Portuguesa. 195 p. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 191-201, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. **Os povos indígenas no Nordeste brasileiro:** um esboço histórico. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, p. 431-456, 1992.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo** – a culpabilização no ocidente (séculos 13-18). 2 v. Tradução Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FERNANDES, João. **De cunhã a mameluca:** A mulher Tupinambá e o nascimento do Brasil. João Pessoa: Editora da EDUFPB, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

GAMA, Mailson Moreira dos Santos. Exploração de salitre, expedições armadas e escravidão indígena nos Sertões da Capitania da Bahia (1670-1707). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 26, n. 45, 2026.

GAMA, Mailson Moreira dos Santos Gama. **Economia socioecológica da exploração de salitre nos sertões da Capitania da Bahia (1670-1808)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas – BA, 2025.

GARCIA, Elisa Frühauf. As mulheres indígenas na formação do Brasil: Historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. In: SANTOS, Georgina, GARCIA, Elisa. (orgs). **Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade**. . Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

GARCIA, Elisa Fruhauf; JULIO, Suelen Siqueira. Trajetórias indígenas. In: **A Época Moderna**. DORÉ, Andréa, LIMA, Luís Filipe Silvério, MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro, RODRIGUES, Rui Luis. (org.). Petrópolis, R): Vozes, 2024.

JULIO, Suelen Siqueira. **Mulheres indígenas na América Latina Colonial**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

JÚLIO, Suelen Siqueira. **Gentias da terra:** gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial. (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, 2008.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, p. 577-596, 2020.

MENEZES, Jeannie da Silva. **Sem embargo de ser fêmea** – as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no direito local em Pernambuco no século XVIII. 2010. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Blenda Cunha. **Livre pela minha natureza:** histórias de mulheres indígenas na Amazônia Colonial. 2023. 329 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2023.

NASCIMENTO, Renato Santos do. **Água, paisagens e conflitos**: Reflexões etnográficas sobre luta e resistência no Vale do Rio Salitre em um claro contexto de Violência Administrada. Revista Prelúdios, [S. l.], v. 10, n. 11, 2022.

OLIVEIRA, Ferreira de Oliveira et. al. Introdução. In: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro (org.). **História Indígena na Bahia**: Políticas, trajetórias, memórias e identidades. Sagga Editora, Salvador – BA, 2024.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho).** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

POMPA, Cristina. **Religião como Tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru: Edusc, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720. São Paulo, Hucitec / Edusp, 2000.

RAMINELLI, Ronald. Eva tuminambá. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p.11-44.

SANTOS, Jamille Macedo Oliveira. Outros mundos possíveis: significados e experiências indígenas na Bahia quinhentista. In: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro (org.). **História Indígena na Bahia**: Políticas, trajetórias, memórias e identidades. Sagga Editora, Salvador – BA, 2024.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e fronteiras**: conquista e ocupação do Sertão baiano. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Solon Natalicio Araújo de. **Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas**: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706). 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SCOTT, James C. **Dominação e as artes da resistência:** discursos ocultos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade.** Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99**,** 1995.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

SILVA, Amanda Cristina Souza da. **Gênero e Etnia**: Historiografia e Mulheres Indígenas. Anais do III Encontro de Discentes de História da Unifap. Macapá: 2017.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**: recompilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 281-300, 2007.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 1994.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história. São Paulo: Editora 34, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. A Teia da Intriga. Delação e moralidade na sociedade colonial. In: VAINFAS, Ronaldo. **História da Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico Dos Pecados**. Moral, Sexualidade, e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, v. 52, p. 1-17, 2016.

WITTMANN, Luísa Tombini. **O vapor e o botoque:** imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.